



RELATÓRIO DIAGNÓSTICO – TRANSPARÊNCIA PÚBLICA  
RELATÓRIO DIAGNÓSTICO – TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

MUNICÍPIO: Cruz do Espírito Santo

AVALIADO EM: 27/042015

PROCEDIMENTO	BASE LEGAL	“SIM”, “NÃO” OU “PARCIAL”	OBSERVAÇÃO
O Município regulamentou a Lei de Acesso à Informação?	Art. 42. Lei 12.527/11.	<b>NÃO</b>	
Houve a implementação do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)	Inciso I, art.9º, Lei 12527/11.	<b>NÃO</b>	
Há alternativa de enviar pedidos de forma eletrônica ao SIC?	§2º, art.10º, Lei 12527/11.	<b>SIM</b>	
O ente possui site e/ou Portal da Transparência em funcionamento?	Inciso II, art.48, LC 101/00; §2º, art. 8º, Lei 12527/11.	<b>SIM</b>	
RECEITA: Previsão?	Alínea a, inciso II, art. 7º, Decreto 7185/10.	<b>SIM</b>	
RECEITA: Arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários?	Alínea c, inciso II, art. 7º, Decreto 7185/10; inciso II, art. 48-A, LC 101-00.	<b>SIM</b>	
DESPESA: O valor do empenho?	Alínea a, inciso I, art. 7º, Decreto 7185/10.	<b>SIM</b>	
DESPESA: O pagamento?	Alínea a, inciso I, art. 7º, Decreto 7185/10.	<b>SIM</b>	
DESPESA: A classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto?	Alínea c, inciso I, art. 7º, Decreto 7185/10.	<b>SIM</b>	
DESPESA: A pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento?	Alínea d, inciso I, art. 7º, Decreto 7185/10.	<b>SIM</b>	
DESPESA: Na informação da despesa existe a indicação do processo licitatório.	Alínea e, inciso I, art. 7º, Decreto 7185/10.	<b>SIM</b>	
DESPESA: O bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso?	Alínea f, inciso I, art. 7º, Decreto 7185/10.	<b>SIM</b>	
DESPESA: O conteúdo disponibilizado atende ao requisito "tempo real"?	Inciso II, art. 48, LC 101/00.	<b>NÃO</b>	Informação divulgada acima de 60 dias

